

Para governo corte salarial é "questão moral"

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, afirmou que o corte de salário do funcionalismo público é uma "questão moral" durante a pandemia da Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus. O auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, usou como exemplo que justificaria a redução o caso dos trabalhadores informais. Segundo ele, nos lares brasileiros "mais da metade da renda vem do setor informal" e a renda caiu entre 70% e 80%.

"O desemprego está subindo a passos largos. Será que está correto algumas pessoas não perderem emprego e manterem o salário? É um convite que eu faço à reflexão", ponderou. As declarações foram dadas durante uma transmissão ao vivo promovida pela XP Investimentos.

Segundo Sachsida, "o exemplo tem que vir de cima". A ideia da equipe econômica é que os salários do funcionalismo fiquem congelados por até dois anos.

"Vamos ter que olhar com muita atenção a questão do funcionalismo público. Acho que está na hora de todos darem a sua contribuição. Quantos estão com medo de perder o emprego? O exemplo tem que vir de cima. Eu sou funcionário público, me orgulho disso, mas é o momento que temos que ser transparentes", frisou.

Ao aprovarem o projeto que prevê R\$ 89,6 bilhões em auxílio a estados e municípios na Câmara, deputados ignoraram todas as medidas defendidas por Paulo Guedes para mitigar os impactos econômicos do novo coronavírus.

Ficou fora, nessa segunda-feira (13/04), por exemplo, o bloqueio de qualquer reajuste salarial dos servidores até 2021.

A equipe econômica defendia que governadores e prefeitos não concedessem aumento na remuneração dos funcionários como contrapartida para receber o reforço, que somaria até R\$ 40 bilhões para recompor a queda de arrecadação dos caixas locais.

Servidores da CNEN pedem que direção garanta pagamento de adicionais cortados por Instrução Normativa

No dia 07/04, as Associações dos Servidores da Comissão Nacional de Energia Nuclear enviaram uma carta ao Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Roberto Petrucci manifestando a insatisfação da categoria e alertando para as consequências da implementação da Instrução Normativa nº 28, que trata do corte de adicionais para os servidores que estão em trabalho remoto por causa da pandemia do coronavírus (COVID-19).

Na referida carta, os servidores da CNEN citam vários problemas enfrentados pela categoria que está há cinco anos sem reajuste salarial. E que um eventual corte nos adicionais contribuiria ainda mais para o achatamento dos salários já reduzidos em razão do aumento das contribuições com o Plano Médico e com a Previdência.

Os servidores fazem um alerta à direção da CNEN sobre as consequências que a implementação da IN/ME nº 28/2020 trará para o Órgão, como a possibilidade de aposentadoria em massa da Instituição, acarretando um enorme prejuízo, não só em termos de corpo funcional, mas também de conhecimento com impactos imediatos em todas as atividades da CNEN, como autorização e fiscalização de instalações radiativas e nucleares, ensino, pesquisa e desenvolvimento da área nuclear, bem como na produção de radiofármacos.

Os servidores pedem ainda que a Direção da CNEN adote medidas que garantam a continuidade do pagamento dos adicionais listados pela IN/ME nº 28/2020 – entre eles o Adicional de Radiação Ionizante, nesse momento de crise deflagrada pela COVID-19.

PL prevê aposentadoria especial a empregado exposto à agente biológico nocivo à saúde

Os empregados vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e servidores públicos que trabalhem efetivamente expostos a agentes biológicos e cancerígenos prejudiciais à saúde, poderão ter direito a aposentadoria especial. É o que estabelece o Projeto de Lei 53/20 de autoria do deputado Rodrigo Coelho (PSB-SC).

Caso seja aprovado e vire lei, o benefício se estenderá ainda para o contribuinte individual que comprovar anualmente, por meio de laudo técnico específico, que sua atividade é indissociável da exposição ao agente.

Regras

De acordo com o texto, a concessão da aposentadoria se dará aos 55 anos para mulheres e 58 para homens com exposição por, pelo menos, 25 anos em condições prejudiciais à saúde. Ficam de fora trabalhos intermitentes ou ocasionais.

Além disso, servidores precisarão ter 20 anos no serviço público e cinco anos no cargo. Ele deverá receber a remuneração integral do cargo, com adicionais, da data da solicitação até finalizar o processo de aposentadoria, longe da atividade nociva.

Valor do benefício

O valor da aposentadoria será a média salarial de todas as contribuições até o teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), atuais R\$ 6.101,06 para os trabalhadores da iniciativa privada e servidores que entraram depois da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp).

Os empregadores deverão fornecer o perfil profissiográfico com atualização anual, sob pena de multa de R\$ 2.519,31 a R\$ 251.929,36.

Para viabilizar o benefício, o projeto propõe um aumento da contribuição previdenciária de empregadores, tomadores de serviço ou contribuintes individuais em nove pontos percentuais.

INSS começa a receber atestados pela internet

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), começou a receber atestados médicos de segurados em formato digital por meio do portal MEU INSS no computador ou aplicativo para celular. Quem usar a plataforma para encaminhar o documento e solicitar o auxílio-doença também receberá automaticamente uma antecipação de R\$ 1.045 após a validação do atestado pela perícia médica do órgão.

Para não deixar os segurados desassistidos, a antecipação de R\$ 1.045 ao mês será paga a quem solicitar o auxílio-doença, desde que forneça o atestado com as informações necessárias (como nome do médico, número do CRM, código da doença/CID, data específica do repouso) pelo Meu INSS a partir desta sexta.

O pedido pode ser feito pelo portal <https://meu.inss.gov.br/> ou pelo aplicativo Meu INSS, disponível para celulares.

INSS começa a liberar aposentadoria com novas regras da Previdência

Com agências fechadas e servidores trabalhando de casa, devido à pandemia do Covid-19 (coronavírus), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), começou a liberar aposentadorias com as novas regras da reforma da Previdência, que passaram a valer no dia 13 de novembro de 2019. Desde então, benefícios por tempo de contribuição e por idade não tinham resposta do instituto.

A espera chega a praticamente cinco meses, o que fez com que a fila de benefícios em estoque esteja em 1,8 milhão.

De acordo com o presidente da autarquia, Leonardo Rolim, a meta é fazer com que a fila seja zerada entre os meses de agosto e outubro.

O presidente do instituto informou ainda que só não é possível conceder benefícios especiais com as regras da reforma, assim como liberar a conversão de tempo especial em comum para quem tem direito.

Contratação de aposentados

Para ajudar na redução das filas, haverá um processo seletivo para contratar servidores aposentados do INSS, que farão análise a distância, por meio de trabalho remoto.